

SEGURANÇA PÚBLICA

As 150 propostas de Segurança Pública incidiram especialmente sobre os **temas Polícia Ostensiva; Drogas – Redução da oferta e da demanda; e Polícia Judiciária, com destaque para o grande número de demandas provenientes da região do Rio Doce (29), Jequitinhonha e Vale do Mucuri (28), do Sul de Minas (21) e da região Central (20).**

Tais demandas indicam a necessidade de se incrementar ações estatais em Segurança Pública no interior do Estado, principalmente por meio do aumento do contingente de policiais civis e militares e de melhorias na estrutura operacional desses órgãos (construção de novas delegacias e disponibilização de viaturas policiais).

Prevenção ao crime e Justiça Criminal

Do total das propostas apresentadas para a área de Segurança Pública, 26 tiveram como objeto a "Prevenção ao crime e Justiça Criminal", sem apontar demandas específicas, o que sugere que uma sensação difusa de insegurança campeia entre a população mineira.

No que toca a esse tema, a Comissão de Segurança Pública da ALMG realizou, em 2012, diversas audiências públicas para debater temas específicos da área, podendo ser destacadas as seguintes:

Audiências Públicas – 2012 – Comissão de Segurança Pública	
Data	Tema
26/03/12	Debater o furto de gado no Estado.
24/04/12	Discutir a segurança nas agências lotéricas e nas agências dos Correios, em função do aumento dos assaltos e da violência nesses locais.
26/04/12	Discutir a possibilidade de as Guardas Municipais do Estado elaborarem Registros de Eventos de Defesa Social – Reds –, ocorrências e infrações de pequeno porte.
14/05/12	Discutir as condições precárias em que se encontram a infraestrutura da segurança pública e o efetivo da Polícia Militar em todo o Estado.
15/05/12	Debater os constantes roubos a caixas eletrônicos nas agências bancárias.

25/05/12	Debater a cooperação dos Estados nas questões relacionadas à Segurança Pública, bem como instalar o Fórum Legislativo de Segurança Pública.
12/07/12	Debater o roubo de veículos e a atuação de desmanches ilegais de carros em Minas Gerais.
28/08/12	Realizar o monitoramento da Rede de Defesa e Segurança do PPAG 2012-2015 no exercício de 2012.
27/09/12	Debater medidas que possam impedir a disseminação da nova droga, conhecida como Oxi, no Estado.
30/10/12	Debater a prática da educação física dentro dos estabelecimentos penais de Minas Gerais.
13/11/12	Debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, exercício 2013, no âmbito da Rede de Defesa e Segurança.
07/06/12	Discutir medidas de fortalecimento do programa estadual Cinturão de Segurança, bem como prevenir a migração da criminalidade entre Estados.

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Prevenção social do crime

Quanto ao tema "Prevenção social do crime", foram identificadas nove propostas que foram aglutinadas na forma de uma única demanda:

- discussão regionalizada sobre os fatores que contribuem para o aumento da criminalidade nas diferentes regiões de Minas Gerais, levando-se em conta as características socioeconômicas de cada uma delas e a adoção de medidas específicas e regionalizadas para seu combate e prevenção.

Cumprasse assinalar que a Assembleia Legislativa, na sessão legislativa de 2012, esteve atenta a essa demanda da população ao promover audiências públicas em cidades do interior do Estado para discutir problemas específicos sobre o tema vivenciados por municípios mineiros. São exemplos: audiência pública realizada em 14/5/2012, no Município de Guanhães, para discutir as condições precárias da infraestrutura de segurança pública e o efetivo da Polícia Militar daquele município; audiência pública realizada em 2/7/2012, no Município de Frutal, para debater o alto índice de criminalidade no Município; e audiência pública realizada em 7/12/2012, no Município de Extrema, para discutir medidas de fortalecimento do programa estadual Cinturão de Segurança, bem como para prevenir a migração da criminalidade entre Estados.

Verifica-se que, apesar de esta Casa ter estado atenta às demandas apresentadas na área

da prevenção social do crime, ainda se faz necessário o aprofundamento do debate para colher informações sobre a criminalidade e os problemas enfrentados em cada região.

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Polícia ostensiva

Do total de demandas e sugestões apresentadas, o maior volume dizia respeito à polícia ostensiva (44 propostas e sugestões). Essas demandas foram aglutinadas em duas:

- aumento do efetivo da Polícia Militar;
- melhoria da estrutura física e de equipamentos disponibilizados aos policiais, em especial, construção de batalhões, aquisição de novas viaturas e manutenção das antigas.

A Assembleia Legislativa demonstrou atenção ao tema ao apresentar, durante a revisão do PPAG 2012-2015, realizada na sessão legislativa de 2012, emendas parlamentares que buscavam prever recursos financeiros no orçamento público estadual para atender a tais demandas, podendo ser mencionadas as seguintes:

- previsão de recursos para construção do 46º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, no Município de Patrocínio;
- destaque de recursos para construção da sede do 54º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, no Município de Ituiutaba;
- previsão de verbas para treinamento profissional de segurança pública – destacamento do Município de Contagem;
- previsão de verbas para construção do 33º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, no Município de Betim;
- previsão de recursos para aquisição de unidade móvel para a Polícia Militar em Itajubá.

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Polícia Judiciária

Quanto ao tema "Polícia Judiciária", foram identificadas 32 demandas, que, por sua vez, foram aglutinadas em três, a saber:

- aumento do quadro efetivo de policiais civis e delegados, ampliando-se a atuação da Polícia Judiciária no território do Estado;
- melhoria da estrutura física e de equipamentos disponibilizados aos policiais, em especial, construção de novas delegacias, aquisição de novas viaturas e manutenção das antigas;
- estruturação do Instituto Médico Legal em municípios do interior do Estado.

A Assembleia Legislativa foi sensível àquelas demandas ao apresentar, durante a revisão do PPAG 2012-2015, realizada na sessão legislativa de 2012, emendas parlamentares que

buscavam prever recursos financeiros no orçamento público estadual para atender a tais demandas, podendo ser mencionadas as seguintes:

- verbas para a construção e implantação de uma Delegacia de Proteção à Mulher na região Centro-Oeste, mais precisamente no Município de Divinópolis;
- recursos para a construção de um Posto de Perícia Integrado – PPI – na delegacia regional do Município de Ipatinga, para atender a demandas na área de perícia técnica, e de um Instituto Médico Legal – IML;
- recursos para construção de um PPI da Polícia Civil no Município de Teófilo Otoni;
- verbas para a aquisição de uma Unidade Móvel para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, visando proporcionar melhor atendimento às vítimas de violência;
- recursos para a gestão da frota da Polícia Civil;
- verbas para a capacitação de profissionais do IML para ações de Sexologia Forense (captação e preservação dos elementos indicativos de autoria e materialidade em circunstâncias e autoria das infrações penais que envolvem crimes contra a dignidade sexual);
- recursos para a construção, reforma e ampliação de unidades prediais da Polícia Civil.

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Defesa do réu

Entre as sugestões apresentadas, duas foram identificadas como referentes à defesa do réu e diziam respeito ao mesmo objetivo, a saber, a ampliação da prestação de serviços pela Defensoria Pública do Estado à população carente. Por isso, foram classificadas no subitem Assistência Judiciária Gratuita.

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Defesa do réu - Assistência Judiciária gratuita

O tema "Assistência judiciária gratuita", em especial aquela prestada pela Defensoria Pública, foi objeto de atuação parlamentar ao longo do ano de 2012, através de requerimentos tais como o de nº 5.205/2012, que visava à realização de audiência pública de comissão permanente desta Casa para debater a situação da Defensoria Pública Estadual, e o de nº 3.666/2012, encaminhado à Defensora Pública Geral, solicitando a adoção de providências para aumentar o número servidores da Defensoria Pública estadual.

Por outro lado, emendas parlamentares foram apresentadas por ocasião da revisão do PPAG 2012-2015, ainda em 2012, com o objetivo de disponibilizar recursos no orçamento público estadual para fazer frente à demandas dessa natureza, sendo impositivo destacar as seguintes:

- recursos para a construção e reforma de unidades da Defensoria Pública (construção de sede da Defensoria Pública em Araxá – Alto Paranaíba);
- verbas para a implantação de Núcleos de Assistência Jurídica Especializada (implantação de núcleos itinerantes da Defensoria Pública, com aquisição e adequação de veículos para tal função).

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Julgamento e administração da Justiça Criminal

Entre as propostas colhidas, duas foram identificadas como referentes ao julgamento e à administração da Justiça Criminal, a saber:

- criação de vara especializada para julgamento de crimes de violência doméstica (Lei federal nº 11.340/2006);
- nomeação de juiz para comarca do interior do Estado.

De plano, faz-se necessário ressaltar que a criação de vara judiciária em comarca do Estado, bem como a nomeação de juiz para determinada comarca são matérias de competência privativa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, por força do disposto no art. 103, II, "c", da Constituição Estadual, o que exclui a competência da Assembleia Legislativa para legislar sobre o assunto.

Entretanto, partindo-se do princípio da harmonia entre os Poderes constituídos, prevista no art. 2º da Constituição Federal, pode-se concluir que as atividades da Assembleia Legislativa, por sua índole eminentemente democrática, podem fazer ressoar, perante o TJMG, as demandas da população do Estado pela melhor prestação jurisdicional, inclusive com a apresentação de requerimentos solicitando ao Poder Judiciário a adoção de providências para atender àquelas demandas.

Ciente de suas competências constitucionais, em especial de ser órgão constituído democraticamente para representação da população (art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal), esta Casa formulou, durante 2012, diversos requerimentos solicitando providências ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no sentido de melhorar a prestação jurisdicional no Estado. Entre eles, merecem destaque os seguintes:

RQN nº 5.263/2012, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com pedido de providência para a instalação de outra vara criminal na comarca de Coronel Fabriciano; RQN nº 3.665/2012, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com pedido de providência para aumentar o número de órgãos do Poder Judiciário especializados em violência doméstica e contra a mulher no Estado e instalar juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher nas comarcas que enumera;

- RQN nº 3.477/2012, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com pedido de providência para que sejam criadas, nos termos estabelecidos na Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, uma vara da Infância e da Juventude e uma vara de Execuções Criminais na Comarca de Passos;
- RQN nº 3.296/2012, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com pedido de providência para a implantação da 2ª vara criminal na Comarca de Muriaé;
- RQN nº 2.874/2012, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com pedido de providência para a instalação da 3ª vara na Comarca de Janaúba;
- RQN nº 2.725/2012, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com pedido de providência para a designação de mais um juiz de direito para a comarca de Esmeraldas.

Prevenção ao crime e Justiça Criminal - Privação de liberdade e cumprimento de penas

Foram identificadas duas propostas relativas ao tema "Privação de liberdade e cumprimento de penas", que foram aglutinadas em uma única, a saber, necessidade de medidas para evitar a superlotação de presídios.

O tema mereceu a atenção do Parlamento mineiro, tendo sido objeto de audiência pública realizada em 23/5/2012, com o objetivo de discutir a superlotação do Sistema Prisional do Estado, o que vem causando violações aos direitos humanos dos detentos. De igual forma, em 2012, durante a revisão do PPAG 2012-2015, foi apresentada emenda parlamentar destinando recursos no orçamento do Estado para a implementação de melhorias e a ampliação da infraestrutura das Apacs existentes em Minas Gerais.

Finalmente, deve-se assinalar que, durante 2012, tramitou nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.392/2011, que culminou com a edição da Lei nº 20.624, de 17/1/2013, que amplia o alcance e o valor da subvenção econômica paga às pessoas jurídicas que contratarem egressos do sistema prisional do Estado.

Diante das propostas apresentadas e dos comentários acima, sugere-se incluir na agenda da ALMG:

- realização de audiências públicas em municípios das diferentes regiões administrativas do Estado, com o objetivo de se amealhar informações que melhor subsidiem a atuação parlamentar no sentido de melhorar a segurança pública em Minas Gerais.

Defesa Civil

No que tange ao tema "Defesa Civil", foram identificadas duas propostas, que demandam o aumento das unidades do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – no interior do Estado.

A despeito de a organização do CBMMG caber privativamente ao governador do Estado, por força do disposto no art. 66, III, "f", da Constituição do Estado, a Assembleia Legislativa amplificou, durante a sessão legislativa de 2012, os anseios da população mineira quanto ao tema e formulou requerimentos no sentido de pedir a ampliação das unidades do CBMMG no interior do Estado, como demonstram os seguintes exemplos:

- RQN nº 3.162/2012, solicitando ao governador do Estado providências para a construção de uma unidade da corporação que atendesse aos acidentes de trânsito na BR-262, no Município de Campos Altos;
- RQN nº 3.104/2012, formalizando ao CBMMG pedido de providências para a instalação de uma fração dessa corporação no Município de Guanhães;
- RQN nº 2.397/2012, solicitando ao Comando-Geral do CBMMG providências para a implantação de uma unidade da corporação no Município de Três Marias.

Drogas – redução da oferta e da demanda

Do total de demandas analisadas, 35 foram identificadas e aglutinadas como uma única demanda, relativa ao combate ao tráfico de drogas.

Esse tema foi especialmente caro à Assembleia Legislativa, que criou a Comissão Especial para o Enfrentamento do *Crack*.

A Comissão iniciou seus trabalhos em 3/4/2012, com o objetivo geral de discutir as formas de atenção ao usuário de *crack*; a organização da rede de atenção; a abordagem da defesa social; e o financiamento para as políticas sobre drogas. O prazo estabelecido inicialmente para a conclusão dos trabalhos foi de 60 dias, mas a complexidade da matéria exigiu mais tempo de estudo. Os trabalhos foram concluídos em 19/12/2012, com a apresentação do relatório final dos trabalhos.

A relevância da atuação parlamentar quanto ao tema "Enfrentamento do tráfico e consumo de drogas ilícitas" pode ser aquilatada pelo fato de a Comissão Especial de Enfrentamento ao *Crack* ter sido transformada em comissão permanente da Casa.

Ademais, é de ser asseverar que, durante a revisão do PPAG 2012-2015, realizada em 2012, foram apresentadas várias emendas parlamentares prevendo recursos no orçamento do

Estado para programas estatais voltados ao combate ao uso e tráfico de drogas ilícitas, podendo ser destacadas as seguintes:

- previsão de recursos para a capacitação de 72 policiais militares para atuarem como instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd;
- destaque de verbas para promover ações e atividades voltadas ao Proerd e ao projeto Crianças de Atitude, ambos na 11ª Região de Polícia Militar, em Montes Claros;
- previsão de recursos para a rede complementar de suporte social e atenção ao dependente químico: prevenção e tratamento do consumo de álcool e outras drogas, através da implantação da Rede de Atenção em Saúde Mental e do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps-Ad –, no Município de Araçuaí.

Diante das propostas apresentadas e dos comentários acima, sugere-se incluir na agenda da ALMG:

- realização de audiências públicas nas diferentes regiões administrativas do interior do Estado, com o objetivo de divulgar os trabalhos da Comissão de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.